



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181139 - MG (2021/0214383-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - MG  
**SUSCITADO** : JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA DE BELO HORIZONTE - SJ/MG  
**INTERES.** : PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA  
**ADVOGADOS** : WILSON RODRIGUES DE FARIA - SP122287  
LEONARDO MAZZILLO - SP195279  
PEDRO TEIXEIRA LEITE ACKEL E OUTRO(S) - SP261131  
**INTERES.** : BANCO DO BRASIL SA

### **DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE (MG), suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA DE BELO HORIZONTE - SJ/MG, suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e julgamento de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado contra ato do Chefe do Setor de Processos Administrativos do Banco do Brasil, em 23 de dezembro de 2020.

O juízo federal suscitado declinou de sua competência nos seguintes termos (fl. 434):

Impetrante e impetrado discutem administrativamente código de faturamento dos serviços prestados e, nesse aspecto, o Banco do Brasil lhe aplicou multa no processo 2020/195791-7417.

É claro tratar-se de discussão em contrato de gestão, não sendo o caso de delegação federal, a justificar a distribuição da ação neste Juízo.

Assim, revendo posicionamento anteriormente adotado, verifico a incompetência da Justiça Federal para o processamento do feito e declino a competência através da remessa imediata do feito à Justiça Estadual, com a máxima urgência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifica-se a existência de pedido de liminar sem apreciação no mandado de segurança impetrado na origem. Em razão disso, é prudente a designação de um dos

juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Registre-se que, nos termos da Súmula 150, o STJ entende que "competete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".

Ante o exposto, em razão da manifestação do juízo federal acima transcrita, designo o JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE (MG), ora suscitante, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes e decidir inclusive sobre a liminar postulada na inicial do mandado de segurança.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente